

STEVEN ENGLUND

# N A P O L E ã O



*Uma biografia política*

Tradução:  
Maria Luiza X. de A. Borges



Jorge ZAHAR Editor  
Rio de Janeiro

*Para Lisa Drew*

Título original:  
*Napoleon: A Political Life*

Tradução autorizada da primeira edição norte-americana  
publicada em 2004 por Scriber, um selo de  
Simon & Schuster Inc., de Nova York, Estados Unidos

Copyright © 2004, Steven Englund  
Copyright da edição brasileira © 2005:  
Jorge Zahar Editor Ltda.  
rua México 31 sobreloja  
20031-144 – Rio de Janeiro, RJ  
tel.: (21) 2240-0226 / fax: (21) 2262-5123  
e-mail: jze@zahar.com.br  
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.  
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Capa: Miriam Lerner  
Ilustração da capa: Hippolyte Delaroche (s/d), *Napoleão em seu gabinete*  
Copyright © Bridgeman Art Library  
Projeto gráfico e diagramação: Victoria Rabello  
Mapa e vinhetas: Andy Beltz

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

---

Englund, Steven  
E48n Napoleão: uma biografia política / Steven Englund; tradução, Maria Luiza X. de A.  
Borges. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

il.

Tradução de: *Napoleon: a political life*  
ISBN 85-7110-845-5

1. Napoleão I, Imperador da França, 1769-1821. 2. Imperadores – França – Biografia. 3. França – Política e governo, 1789-1815. I. Título.

## As tradições napoleônicas

*Sinto-me constantemente impressionado pela popularidade desse terrível personagem em meio às nações da Europa. Em toda parte, camponeses, velhos e jovens lhe contarão mil histórias sobre ele e, parecendo esquecer o mal que lhes fez, pensarão apenas nas maravilhas que operou. Como é grande a magia da glória!*  
ADOLPHE THIERS<sup>27</sup>

*Meu destino é ser as verdes pastagens dos polemistas, mas não tenho nenhum medo de que me destruam. Quando me mascarem, morderão granito.*  
NAPOLEÃO EM SANTA HELENA

Na França, Napoleão, o exilado vencido, logo voltou a ser objeto de simpatia e fonte de inspiração, para desconcerto dos historiadores que impõem à história europeia as noções liberais modernas de “racional” e “sensato”. Até um oficial monarquista, como o tenente-coronel Baudus, em cuja opinião a morte do imperador no campo de batalha teria sido um “favor” para a nação, considerava agora a condição de prisioneiro da Grã-Bretanha de Napoleão como uma marca de vergonha para a França.<sup>28</sup> No final de 1815, viam-se muito mais bonapartistas entusiásticos percorrendo as ruas de Paris, enchendo seus cafés, do que nos Cem Dias, que dirá depois de Waterloo. Podemos atribuir essa rápida evolução à mesquinha da segunda restauração Bourbon, que novamente desconsiderou “o nacional” em favor do “legítimo”, e à autenticidade que o “testemunho” do imperador em sua ilha solitária parecia ter,<sup>29</sup> mas, fundamentalmente, o fenômeno não tem uma explicação clara e continua sendo uma espécie de mistério. François Guizot, aquele outro historiador-estadista (além de Thiers) da França do século XIX, sintetizou o legado de Napoleão, de quem não gostava, com famosa economia: “Não é pouca coisa para um homem só ser a encarnação da glória da nação, o fiador da Revolução e um chefe poderoso.”<sup>30</sup> No que é ainda mais espantoso, Pozzo di Burgo, um dos mais impenitentes adversários do imperador, descreveu assim o homem que contribuiu tão singularmente para destruir: “Esse fenômeno, como não veremos outros semelhantes; um universo moral e político em si mesmo ... Ainda não compreendido ..., está destinado a permanecer um mistério, uma sombra gigantesca, sublime.”<sup>31</sup>

Internacionalmente, também, o nome de Napoleão rapidamente passou a ser associado a liberalismo e independência nacional — o que é incrível, se

considerarmos apenas o legado de tirania do Império e não dermos a devida importância ao poder do mito que envolve uma personalidade carismática. Os inimigos de Napoleão, como sempre, com sua reação inábil, favoreceram enormemente sua causa. “Depois de mim, a Revolução, ou melhor, as idéias que a fizeram, retomarão seu curso”, dissera Napoleão. “Serei como um livro de que retiramos o marcador e recomeçamos a ler na página em que havíamos parado.”<sup>32</sup> Assim, na Espanha, por exemplo, durante os Cem Dias, elementos liberais nas *Cortes* fizeram contato com José Bonaparte para indagar sobre a possibilidade de apoio francês a um movimento “nacional” contra Fernando VII. A revolução aconteceu como se previa, e fracassou como se previa, mas o martírio a que deu lugar beneficiou Napoleão.<sup>33</sup>

Incessantemente, também, na Polônia, Itália, Sardenha e Renânia, e até na Prússia, na Inglaterra e nos Estados Papais, o nome de Napoleão era invocado por progressistas, liberais, republicanos e até por socialistas e revolucionários.<sup>34</sup> Isso, em geral, não era feito inadvertidamente — sabia-se bem que o Império Francês tivera aspectos sombrios —, mas de maneira deliberada, em oposição a uma realidade presente de reação que não se conseguia controlar, por meio de referências a um passado que podia ser modelado e seletivamente invocado. O poema épico de Adam Mickiewicz, *Pan Tadeusz*, escrito no exílio em 1834, é um monumento clássico à crença de seus compatriotas poloneses de que um messias político semelhante a Napoleão viria do Ocidente para libertá-los (da Rússia) e dar-lhes justiça.<sup>35</sup> E na Rússia, o poeta Alexander Puchkin, depois de estigmatizar Napoleão como “o flagelo universal”, perguntou: “Onde estás, filho favorito da fortuna e da guerra?”<sup>36</sup> Nos Estados Unidos, onde o culto atingiu um nível de adesão popular que só perdia para o da França, também Thomas Jefferson, que estava longe de ser um amigo do Império Francês, sucumbiu, e passou a ver Napoleão em Santa Helena sob uma luz diferente e mais favorável. O mesmo aconteceu com escritores britânicos progressistas: em seu apoio ao movimento cartista e em sua luta contra seus oponentes, passaram a ver *l'Empereur* de outra maneira.

Em meados do século XIX, na França, o culto napoleônico (que não deve ser confundido com a doutrina ou o partido político bonapartista) exerceu uma atração irresistível sobre artistas e escritores, que sucumbiram nem sempre de bom grado e nem sempre de maneira acrítica. Victor Hugo passou de crítico inflexível do Império e do aventureiro corso a admirador cauteloso do “grande francês”, enquanto o poeta (e futuro ministro das Relações Exteriores) Alphonse de Lamartine, embora *nunca* tenha aprovado Napoleão, escreveu versos para celebrar a glória e os feitos do Império. O escritor popular Béranger

— conhecido como “o poeta nacional” — tampouco gostava do Império e de seu fundador, mas, obrigado por seu público a mudar de idéia, fez a partir de 1828 poemas celebrando os exércitos de Napoleão e o soldado comum.<sup>37</sup> Na esfera pública, desde políticos tão eminentes quanto Thiers, e jornalistas tão influentes quanto Armand Carrel (editor de *Le National*), até os revolucionários anônimos (republicanos e socialistas) que morreram nas barricadas no sem-número de insurreições e revoluções que pontuaram 1820-48, *todos* recorreram e tiraram partido do mito napoleônico, por mais críticos que pudessem ser, ao mesmo tempo, do homem que o engendrara.

Quanto ao bonapartismo, o *Memorial de Santa Helena* tornou-se seu Corão; o Império Liberal, seu Camelot; o mito do soldado-operário napoleônico emergiu como a fonte e o protetor do “patriotismo”, o conceito-chave de meados do século.<sup>38</sup> A culminação política do bonapartismo foi a eleição de Luís-Napoleão Bonaparte (filho de Luís e Hortense) para a presidência da Segunda República Francesa em 1848. Ele se apresentou como “nacional”, como “a escolha do povo” (ou o “desejo”), e teve uma vitória triunfal em eleições perfeitamente legais. Três anos depois, porém, mediante um golpe de Estado brutal e ao preço de centenas de mortos e feridos e milhares de presos ou exilados, ele estabeleceu o Segundo Império. A queda subsequente do regime no autoritarismo (e por fim no liberalismo) — ratificado, é claro, por plebiscitos — e sua belicosa política exterior culminaram no desastre da Guerra Prussiana de 1870-71, em que a França perdeu a Alsácia-Lorena. A tradição bonapartista sofreu com isso um golpe devastador, de que o movimento político formal nunca se recuperou.

Mas esse não foi um golpe mortal para o mito de Napoleão — longe disso. Curiosamente, o estabelecimento definitivo da república na França não se fez acompanhar do desaparecimento nem do bonapartismo, que continuou sendo uma presença no cenário político até o início do século XX, nem do culto literário e popular de Napoleão, que floresceu no próprio revanchismo que “Napoleão o Pequeno” provocara ao perder duas províncias.<sup>39</sup> Os sucessores de Béranger — Erckmann e Chatrian, uma parilha de republicanos que desprezava a tradição imperial francesa — produziram um *bestseller* (*O recruta de Napoleão*) que celebra o espírito patriótico da penúltima campanha do Primeiro Império. Nessa altura os republicanos haviam se tornado hábeis — e assim continuaram — em distinguir entre “Bonaparte” (admirável, progressista) e “Napoleão” (tirânico, anti-revolucionário). Por exemplo, o atual ministro das Relações Exteriores francês pode fazer o tipo de pergunta pós-moderna (citada em epígrafe na p. 473) que só pode ter sentido para um leitor francês:

“Bonaparte reaparece em Napoleão, ou se trata simplesmente de Napoleão disfarçando-se de Bonaparte para continuar sendo Napoleão?”<sup>40</sup>

Gostaríamos de escrever: “A Grande Guerra (1914-18) causou o desencantamento final do romance da guerra na França” — e não há dúvida de que o Marne e Verdun desfecharam um golpe retumbante no culto da guerra —, mas fazê-lo seria esquecer que Abel Gance produziu sua obra-prima da *napoleonía* (*Napoléon*) em 1927 e promoveu o filme com esta declaração inesquecível: “Napoleão é a síntese do mundo ... [Ele é] um paroxismo de sua época, que por sua vez é um paroxismo de todos os tempos. E o cinema, para mim, é um paroxismo da vida.”<sup>41</sup> Talvez surpreenda alguns leitores que a nova direita, ou direita radical, na França — a neomonarquista Action Française do século XX, as ligas autoritárias do intervalo entre as guerras, Vichy, Poujade, Le Pen etc. — em geral *não* invocaram Napoleão. O comunismo e o fascismo, como doutrinas, inspiraram-se ainda menos nele — de fato, os fascistas tanto italianos quanto alemães lhe foram hostis. (Isso não impediu que estudiosos — notadamente britânicos — fundissem Napoleão com Hitler e Stálin, o que é impreciso, anacrônico e simplesmente injusto, como costumam ser comparações desse tipo.)<sup>42</sup>

A tradição gaullista francesa, no entanto, embora inteiramente republicana, provou-se mais equívoca. “O grande Charles” exibiu ele mesmo a clássica ambivalência republicana: por um lado, escreveu em *A França e seu exército* (1938): Napoleão “deixou a França esmagada, invadida, exaurida de sangue e coragem, menor do que quando a assumiu ..., e ainda sentindo [123 anos depois] o peso da desconfiança européia”. Por outro, são dele as palavras: “Devemos negar o inacreditável prestígio com que ele envolveu nossos exércitos, ... o renome de poder de que a pátria ainda desfruta?”<sup>43</sup> Sem dúvida o gaullismo, apesar de semelhanças superficiais e de freqüentes comparações, *não* é sinônimo de bonapartismo, mas sim uma forma de republicanismo cívico, de que a democracia norte-americana representa uma outra forma. A tradição republicana na França, contudo, embora tenha há muito (na década de 1840) repudiado a tradição napoleônica, conserva um traço mais profundo dessa marca do que se dispõe a admitir.